

AS “JUNTAS” DOS POVOADOS MISSIONEIROSDAS FRENTES MISSIONÁRIAS DO PARANÁ E DO URUGUAI E A ADMINISTRAÇÃO COLEGIADA JESUÍTICA (1731-1740)

THE “JUNTAS” OF THE MISSION SETTLEMENTS ON THE PARANÁ AND URUGUAY MISSIONARY FRONTIERS AND JESUIT COLLEGIAL ADMINISTRATION (1731-1747)

Antonio Dari Ramos¹

RESUMO

Objetivamos, no presente artigo, analisar o papel desempenhado pelas reuniões acontecidas nos povoados guarani-jesuíticos, denominadas de Juntas, na administração do cotidiano reducional. As fontes principais do presente estudo são o *Libro de Consultas do Padre Provincial* e os *Memoriales* baixados por ele após as visitas, referentes às duas últimas décadas da experiência missionária antes do Tratado de Madrid. Metodologicamente, cruzamos os registros dos debates acontecidos nas Juntas com as ordens emitidas pelo Provincial através dos *Memoriales* e com as Cartas Anuais, obtendo, como resultado, a afirmação da existência de uma administração colegiada nos povoados missioneiros, a despeito de uma teoria vertical de governança que existiria na Companhia de Jesus.

Palavras-chave: *Juntas*. Administração colegiada jesuítica. Povoados guaranis-jesuíticos. Frentes missionárias do Uruguai e do Paraná.

ABSTRACT

In this article, we aim to analyze the role played by the meetings held in the Guarani-Jesuit settlements, known as Juntas, in the administration of daily life within the reductions. The main sources for this study are the Libro de Consultas of the Provincial Father and the Memoriales issued by him after his visits, referring to the last two decades of the missionary experience prior to the Treaty of Madrid. Methodologically, we cross-referenced the records of the debates that took place during the Juntas with the Annual Letters, obtaining, as a result, the affirmation of the existence of a collegial administration in the missionary settlements, despite a theory of vertical governance that supposedly prevailed within the Society of Jesus.

Keywords: *Juntas*. Jesuit collegial administration. Guarani-Jesuit settlements. Missionary frontiers of the Uruguay and Paraná regions.

1 Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005), mestre em História pela mesma instituição (2001), graduado em História pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (1998) e em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo (1991). É Professor Titular da Universidade Federal da Grande Dourados. Desenvolve pesquisas nas áreas de Filosofia e História, com ênfase em epistemologias interculturais, interculturalidade, imaginário, representação, educação escolar indígena, ensino e história.

INTRODUÇÃO

A administração dos Povoados Guaraní-Jesuíticos vem recebendo, ao longo dos séculos, os mais diferentes tratamentos. Prevalece, entretanto, a ideia de que ela era obra dos cabildos indígenas, os quais sofriam a supervisão direta dos jesuítas. Ao lado desse lugar comum historiográfico, há uma certa formulação simplista inerente à grande maioria dos textos que compõem a historiografia missioneira de que tais povoados seguiriam um modelo fixo de administração religiosa e temporal. Uma análise mais acurada, que tome a temporalidade longa da experiência missioneira, permite vislumbrar, entretanto, que houve um amadurecimento da governança com o passar do tempo, seja através das negociações estabelecidas pelos missionários com as populações indígenas atendidas, com o entorno colonial e mesmo no interior da própria Província Jesuítica do Paraguai.

O intuito desse texto é trazer um tema pouco trabalhado na história missioneira, que é o papel que as *Juntas* tiveram na administração dos povoados de indígenas. A fonte principal deste estudo é o quarto tomo do *Libro de Consultas do Superior Provincial da Província Jesuítica do Paraguai*, um material pouquíssimo utilizado nas pesquisas históricas, que cobre o lapso temporal entre 1731 e 1747. Seu original encontra-se no Archivo General de la Nación, em Buenos Aires, mas, infelizmente, os demais tomos encontram-se perdidos.

Metodologicamente, cotejamos as informações contidas no referido *Libro de Consultas* com os *Memoriales* emitidos pelos padres Provinciais do período, isto é, com as ordens baixadas por eles após as visitas que realizavam aos empreendimentos jesuíticos, e também com as Cartas Anuais.

Juntas era o termo utilizado pelos jesuítas para nomear as reuniões consultivas que os provinciais realizavam com os povoados missionários de uma determinada região, seguindo o critério de proximidade. Nelas, os assuntos eram geralmente pré-selecionados e, a partir das opiniões dos conselheiros locais, o Superior tomava as decisões e as formatava através de ordens emitidas pelos *Memoriales*. Participavam dessas reuniões ampliadas os padres curas dos povoados, acompanhando o Padre Provincial e o Secretário da Província, quem registrava as defesas feitas pelos conselheiros. Elas eram, seguramente, espaços de decisões colegiadas, nos quais o padre Provincial dividia com os demais missionários a responsabilidade das decisões, como adiante se verá. Não se tem notícia, entretanto, da participação dos cabildantes indígenas nessas assembleias. Ao longo do período estudado foram realizadas sete conjuntos de *Juntas* nas frentes missionárias do Uruguai e do Paraná. Entretanto, por conta da exiguidade de espaço, neste texto analisaremos somente as *Juntas* acontecidas em 1731-32, 1735, 1737 e

1740, sobre as quais apresentamos os assuntos tratados e as decisões tomadas.

1 JUNTAS DE 1731-32

Iniciadas em 1731 e terminadas em 1732, a rodada de *Juntas* dos povoados missioneiros das frentes missionárias do Uruguai e do Paraná, daquele período, demandou mais de seis meses, momento em que o padre Provincial Jerónimo Herrán vistou todos os povoados.

As primeiras *Juntas* aconteceram no povoado de São Borja, tendo começado no dia 21 de junho de 1731. Nelas, foram tratados os seguintes pontos:

1º, que se destinase algún Padre que fuese a hablar a los Guanoas e inducirlos a la paz con los españoles de Buenos Aires. 2º, que de cada povoado se mandasen decir cada año algunas misas en la provincia por los difuntos indios, dos o tres por cada difunto. 3º, que por los grandes inconvenientes que se habían experimentado, no se perpetuasen unos mismos indios en el Cabildo y oficios de mayordomo, y que por este año próximo venidero se mudasen todos los dichos oficios; y que para adelante ningún indio pudiese permanecer en el oficio de corregidor ultra los cinco años sin licencia del Padre Superior. 4º, que no se permitiese pasar adelante el abuso que se iba introduciendo en la caridad de carruajes que usaban los nuestros en sus viajes, y que se cercenase todo lo que en este particular excediese la moderación de nuestro estado. 5º, que se atendiese con más cuidado al reparo de las puentes y capillas en los caminos, por las incomodidades que padecen los nuestros cuando les era forzoso ir de un povoado a otro.²

Os assuntos tratados nas primeiras *Juntas* envolvem aspectos os mais diversos da realidade missioneira. Sobre o primeiro ponto há que se dizer que, naquele momento, as relações dos colonos espanhóis estavam bastante tensas, e os jesuítas, a partir do contato que possuíam com os Guenoa, tentaram pacificar o ambiente, contudo sem sucesso.

Com relação ao segundo ponto, na administração religiosa, as missas pelos indígenas mortos geravam bastante debates, como se verá também em outras *Juntas*. Porém, como tratado no terceiro ponto, assuntos ligados ao cotidiano ficavam bastante salientados nos debates, a exemplo da perpetuação de pessoas nos cargos dos Cabildos, sinal que as eleições

2 Libro de Consultas del Provincial (LCP), p. 02.

anuais não estabeleciam a devida renovação de pessoas nos postos de poder dos povoados.

O debate sobre o transporte utilizado pelos missionários indica que as visitas do padre Provincial possuíam também o condão de alinhar a ação individual dos religiosos ao espírito geral da Companhia de Jesus.

As segundas *Juntas* aconteceram no dia 25 de julho no **povoado** de São Lourenço, e nelas tratou-se dos mesmos pontos das *Juntas* anteriores, da mesma forma que as terceiras *Juntas* que aconteceram a partir do dia 20 de agosto de 1731 no povoado de Concepción.

As quartas *Juntas*, acontecidas no povoado de Candelária, iniciaram no dia 5 de dezembro de 1731. Nelas, além dos assuntos tratados nas reuniões anteriores, tratou-se de que no rio Igarupá, que ficava localizado a uma légua daquele povoado e por onde passava o trânsito dos demais, se construísse uma ponte de pedra, sob a responsabilidade do Irmão Prímoli. Vista como uma obra necessária e estratégica, o padre Provincial determinou que “*se hiciese a costa de todos los povoados*”.³

As últimas *Juntas* aconteceram no dia 3 de fevereiro de 1732, no povoado de Santa Rosa, e reuniram os chamados *Povoados de Abajo*. Além dos assuntos tratados nas *Juntas* anteriores: “*resolvió su Reverencia el Padre Provincial que los cuatro povoados pagasen el sínodo al Padre Superior en plata en alguno de los oficios, como lo hacen los demás povoados, pues dicho sínodo lo paga el Rey en plata y no en lienzo*”.⁴

O padre Provincial e o padre Secretário, entre uma *Junta* e outra, visitavam detidamente os povoados missioneiros, suas instalações urbanas e rurais. E foi isso que aconteceu em 5 de outubro de 1731, estando eles no **povoado** de Jesus, quando o padre Provincial consultou os padres dali sobre um conselho que o Bispo do Paraguai, que também visitava as Doutrinas, lhe pedia: se devia voltar ou não a Assunção, devido aos tumultos que aconteciam naquela cidade, onde os eclesiásticos necessitariam de sua presença: “*Todos los Padres consultores juzgaron que convenía la vuelta del Señor Obispo a aquella ciudad*”.⁵

Acompanhando as datas de emissão dos *Memoriales*, cruzando-se com as datas das *Juntas*, é possível recompor o itinerário das visitas do Padre Provincial e de seu Secretário aos povoados missioneiros, conforme indicado na tabela abaixo:

3 LCP, p. 03.

4 LCP, p. 03.

5 LCP, p. 03.

Tabela 01 – Datas das visitas aos 30 povoados missioneiros em 1731-32

POVOADO/ JUNTAS	VISITA	POVOADO/ JUNTAS	VISITA
Yapeyú	08/06/1731	16. San José	29/08/1731
La Cruz	13/06/1731	17. Santa Ana	08/09/1731
San Borja (<i>Juntas</i> 21/06)	20/06/1731	18. San Cosme	11/09/1731
Santo Tomé	27/06/1731	19. San Carlos	01/09/1731
San Luis Gonzaga	05/07/1731	20. La Candelaria (<i>Juntas</i> 05/12)	15/10/1731
San Juan Bautista	12/07/1731	21. Loreto	16/09/1731
Santo Ángel	16/07/1731	22. Itapúa	20/09/1731
San Miguel	20/07/1731	23. San Ignacio Miní	20/09/1731
San Lorenzo	25/07/1731	24. Corpus	23/09/1731
San Nicolás	01/08/1731	Jesús.	26/09/1731
San Francisco Javier	13/08/1731	Santísima Trinidad	28/09/1731
Santa María la Mayor	09/08/1731	Nuestra Señora de Fe	25/01/1732
Santos Mártires	13/08/1731	San Ignacio Guazú	30/01/1732.
Concepción (<i>Juntas</i> 20/08)	20/08/1731	Santa Rosa (<i>Juntas</i> 03/02)	02/02/1732
Santos Apóstoles	24/08/1731	Santiago	20/02/1732

Fonte: Elaboração do autor, baseado em PIANA & CANSANELLO, 2015, p. 249-262.

O cruzamento das datas das visitas aos povoados com as das *Juntas* indica que a equipe provincial cumpria uma agenda bastante intensa, alternado visitas locais e reuniões ampliadas. Com exceção das *Juntas* de Candelária, que aconteceram fora da visita local, as demais estiveram associadas a essas visitas. O que se percebe é que há uma interrupção nas visitas e *Juntas* nos meses de outubro e novembro de 1731.

2 JUNTAS DE 1735

O padre Jaime Aguilar assumiu o comando da Província Jesuítica do Paraguai em 1733, mas só promoveu a primeira rodada de *Juntas* nos povoados missioneiros em 1735. As primeiras *Juntas* iniciaram em 06 de junho, no povoado de São Borja. O primeiro assunto nelas tratado dizia respeito a algumas dúvidas que eram comuns a diversos outros povoados. A primeira delas é se os padres auxiliares podiam ou não assistir aos casamentos dos indígenas. O Padre Provincial, com parecer de quase todos os presentes, afirmou que podiam, mesmo que os padres Curas pudessem se opor a isso; a segunda dúvida é se os Padres que chegavam a outro povoado podiam confessar-se com o Cura e Companheiro dali, ao que o padre Provincial respondeu que, com o primeiro podiam, mas não com o segundo, a não ser que se tratasse do confessor assinalado pelo Superior; uma terceira dúvida levantada tinha a ver com os prêmios que se podiam dar nas festas aos indígenas, já que havia ordem do padre Visitador para que isso não acontecesse. O padre Provincial, entretanto, indicou que os padres de outros povoados que iam às festas podiam dar alguma camisa, faca ou outro objeto a cada uma das crianças, os *Cunumis*, ou outras pessoas que traziam em sua companhia, algo que também não era vedado ao Cura do povoado.⁶

Em 5 de julho de 1735 aconteceram, no povoado de São Loureço, as segundas *Juntas*. Nelas, o primeiro ponto visava buscava solucionar um problema que ressurgia constantemente:

[Q]ué remedio se podría dar para atajar el vicio pernicioso de los hechiceros que iba creciendo en los povoados, y con parecer de los más determinó su Reverencia el Padre Provincial que los Padres insistiesen en platicar y predicar sobre el quinto mandamiento, y sobre lo que pide la caridad de unos con otros, mas de suerte que no se tocasse o expresase cosa de hechizos; porque como los Indios son tan cortos y curiosos no se les abriesen los ojos para aprender y hacer arte tan perjudicial. A más, que en encontrando a los que son principales en tal arte, que se castiguen y destierren de todos los povoados al Paraguay y Buenos Aires para arrancar de allí la raíz, que es lo que insistió nuestra Paternidad Juan Pablo de Oliva, como consta del libro de Provincia, y ordenó el Padre Provincial Simón de León como está en el libro de las órdenes de estas Misiones.⁷

6 LCP, p. 61.

7 LCP, p. 61.

Chama a atenção que o problema enfrentado pelos jesuítas com os xamãs indígenas tenha permanecido ativo até aquele momento, ainda mais que o povoado de São Lourenço contava já com 45 anos de fundação naquele lugar, além de que boa parte de seus moradores era descendente dos antigos guairenhos transmigrados no século anterior. Isso sinaliza que a resistência dos xamãs ao Cristianismo pode ter sido maior do que se possa supor.

Outro assunto sensível tratado nas *Juntas* de São Lourenço foi sobre o trabalho assalariado de não indígenas nas estâncias missioneiras:

[C]on parecer de los más dispensó su Reverencia en el precepto, y dio licencia para que los Padres Curas buscasen luego españoles o mestizos que les cuidasen de las estancias, atendiendo a que los Indios no hay forma que lo hagan, y mirando a que es cierta la ruina de los povoados si por ese medio no se repara el daño, y destruirían lo que hasta ahora ha habido en las Vacas, y encargó su Reverencia que no se reparase en agasajarlos, darles gusto y pagarles bien, dando a entender a los Indios el estado en que están, para que los tengan a bien y no les desatiendan.⁸

A desconfiança com o trabalho eminentemente indígena nas estâncias missioneiras será também tema de *Juntas* futuras, como adiante veremos.

As terceiras *Juntas* de 1735 aconteceram em 22 de julho no povoado de Concepción. E o primeiro assunto nelas tratado foi sobre certo ‘descuido’ que o padre Provincial percebia no cumprimento em praticar e ensinar a doutrina cristã aos adultos e crianças. Na mesma linha de raciocínio, o Superior Provincial trouxe ao debate também a necessidade que percebia de que se exigisse dos meninos que tivessem 15 e 16 anos que fizesse suas roças, preparando-se para o casamento, pois disso dependeria a conservação dos povoados.⁹

Nas mesmas *Juntas* de Concepción, boa parte do tempo foi gasto debatendo-se sobre o provimento de gado bovino para a alimentação dos povoados, de modo que, com parecer positivo de quase todos os presentes, definiu-se que doravante haveria maior empenho em cuidar das estâncias, estabelecendo-se rodeios das vacas, em especial em Yapeyu e São Miguel, para que dali se socorresse a outros povoados, buscando-se logo capatazes

8 LCP, p. 61.

9 LCP, p. 61.

espanhóis ou mestiços para tanto.¹⁰

Mesmo em visita aos povoados missioneiros, distanciado longos meses do centro administrativo que ficava em Córdoba, o padre Provincial necessitava administrar a Província Jesuítica do Paraguai como um todo. E, para isso, ele era informado do que acontecia em outros lugares através de correspondências, chamadas de *chasques*, que lhe chegavam constantemente. Naquele momento, ele recebeu um *chasque* informando que a situação política de Assunção permitia a volta dos jesuítas ao seu colégio, de onde haviam sido expulsos pela Revolta Comunera (1721-1735):

El mismo día se recibió la súplica del Cabildo, Procurador General y Milicia del Paraguay, reforzada con el despacho del Señor Virrey, y con el auto del señor Don Bruno, para que volviésemos a nuestro Colegio del Paraguay; y consulto su R^a con los Padres viejos, si sería conveniente o necesario el ir, su R^a el Padre Provincial, o bastaba enbiar al Rector con sus súbditos? Los más fueren de parecer, que fuera su R^a; aunque interrumpiera la visita de estas Doctrinas; pues estando a la vista no parecía bien, el dejar de ir; ni el Señor Obispo, ni Don Bruno lo llevarían bien. Conformose su R^a con esto parecer.¹¹

Mesmo que os jesuítas tivessem recebido autorização para voltar a Assunção naquele momento, eles só o fizeram em 1738, não sem antes receber a garantia e o reconhecimento por parte dos rebeldes e do próprio Vice-Rei de sua inocência e do reforço da divulgação de que permaneciam, como sempre, ao lado das instâncias reais de poder.¹²

As *Juntas* continuam, e entrou em consulta a fuga dos *Tobatines* dos povoados missioneiros:

Ítem, preguntó Su Reverencia qué sería bien hacer con los Tobatines que se volvieron a sus tierras. Varios fueron los pareceres, mas Su Reverencia se conformó con uno que dijo: que no juzgaba conveniente que fueran a estar de asiento con ellos los Padres, sino solo que fuese allá uno o dos a misión, a confesarlos y hablarlos, tentando su ánimo a ver si quieren venir a los Povoados; y que en vista de lo que resul-

¹⁰ LCP, p. 62.

¹¹ LCP, p. 62.

¹² CERVEIRA, Luis Alexandre. Jesuítas: entre a fidelidade ao rei e o projeto inaciano. Conflitos políticos e disputas econômicas – o caso da Revolução dos Comuneros (Paraguai 1721-1735). Veredas da História. Ed. 1, 2011. In.: www.veredasdahistoria.com. Acesso em 20/08/2025.

tare, se determinará lo que se juzgase conveniente.¹³

O documento não informa de quais povoados missioneiros os *Tobatines* fugiram, mas informações complementares são trazidas sobre o fato pela Carta Anua de 1730-1735:

[M]uchos indios tobatines (recentemente sacados de sus selvas en numero de 446 almas y reducidos en Santa Maria de Fe), espantados por tantas calamidades se habian retirado a sus antiguos escondrijos y probablemente tambien a sus antigua costumbres barbaras, quedandose solo 84 de ellos, los cuales para prevenir su fuga, han sido repartidos a diferentes povoados.¹⁴

Outro assunto consultado nas *Juntas* de Concepción foi sobre a junção de povoados. Contudo, com a resposta obtida, o padre Provincial não chegou a definir seu veredito:

Preguntó más Su Reverencia si sería conveniente mudar el povoado de San Cosme y San Antonio con los lauretanos [de Loreto]; y juzgaron los Padres que no. Preguntó más Su Reverencia si sería bien traer a los de San Antonio a Santa Rosa, como lo insinuó el Padre Superior; y los más juzgaron que sí, aunque Su Reverencia no declaró su determinación.¹⁵

O estabelecimento de rodeios comuns para abastecer de vacas os povoados missioneiros voltou como assunto nas *Juntas* do dia 23 de Julho em realização no povoado de Concepción:

Insistió en que era sumamente importante que luego se entablasen rodeos de vacas en las estancias de San Miguel y Yapeyú, destinando a algún Padre o Padres para que asistieran a dicho entable, si no siempre, al menos por algunos meses; para lo cual podía servir Marcos, el mulato de los Mártires. Y Su Reverencia insinuó que le agradaba el asunto por considerarlo importante para el bien común de los Povoados.¹⁶

13 LCP, p. 62.

14 Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús desde el año de 1730 al año de 1735. In.: SALINAS & FOLKENAND, 2017, p. 288.

15 LCP, p. 62.

16 LCP, p. 61-63.

Marcos é a pessoa que o Padre Cardiel refere em seus escritos, como sendo um mulato que havia se casado com uma cacica indígena, devido ao seu cacicado ter perdido a linhagem masculina. Ele sabia ler e escrever, teria sido *mayordomo* da casa dos Padres, e os religiosos dos outros povoados chamavam-no para visitar as estâncias e cumprir outros encargos de importância, valendo-se dele como de um Irmão Coadjutor.¹⁷

O último assunto tratado nas *Juntas* de 1735, ainda em Concepción, foi acerca do que se deveria fazer com os ornamentos da igreja que se encontravam sem condições de uso:

Ítem, preguntó Su Reverencia si los ornamentos y cosas semejantes que no sirven en los povoados y están ya arrimados y supérfluos, los cuales ni se pueden aplicar a usos profanos ni se pueden vender por no haber quien quiera comprarlos, se podrán dar de limosna a las capillas que se hayan con sobrada necesidad y aún indecencia, sin contravenir a los preceptos y órdenes de nuestros Padres Generales? Todos, uno excepto, juzgaron que se podían dar de limosna sin contravenir a las órdenes y preceptos de nuestro Padre General; y añadieron que era conveniente así, porque no los profanasen los índios, viendo que no sirven, como también por no dejar que el tiempo y la polilla los consuma devalde. Aun añadieron dos que se debían dar por ser bienes superfluos. Su Reverencia se conformó con el parecer uniforme y encargó al Padre Superior que procurase que así se ejecutase.¹⁸

Da mesma forma que nas *Juntas* de 1731-32, também nas de 1735 o padre Provincial realizava consultas urgentes sobre assuntos da Província e que desbordavam dos assuntos locais dos povoados missioneiros. Tal foi o que aconteceu no povoado de Apóstoles:

En 26 de Julio, en los Apóstoles, hubo consulta con los Padres Superior, Rector del Paraguay, Martín de Iegros y Secretario, en la cual propuso Su Reverencia como el gobernador de Buenos Aires pedía tres mil Indios para todo Septiembre; y que se diese lo que se había de responder. Suponiendo todos que habían de ir, hubo variación en el tiempo y modo de remitirlos. El parecer de dos, que aprobó el Padre Provincial y ejecutó, fue que se le respondiera mostrando sentimiento de que su carta no llegase con tiempo, pero que se pondría em-

17 CARDIEL, Jose. *Breve Relacion de las Misiones del Paraguay*. Estudio preliminar de Ernesto J. A. Maeder. Buenos Ayres: Ediciones Theoria, 1994. p. 79.

18 LCP, p. 63.

peño para que saliesen de aquí en todo agosto, y que irían algunos a pie por no tener caballos, efecto de la peste, hambre y guerra pasada; y añadió uno que se cobrasen los sueldos. Y así lo determinó el Padre Provincial, viendo la necesidad de los povoados y el poco o ningún útil que ha traído a los Indios tantos centenares de millares que han cedido al Rey, y el premio es querer aumentarles el tributo. Todos vieron la carta que escribió el Padre Provincial y la aprobaron y alabaron.¹⁹

Aqui o debate de um dia inteiro proporcionado pelos presentes demonstra certa contrariedade no atendimento do pleito feito pelo Governador, uma vez que a constante participação das milícias missioneiras em atividades bélicas coloniais drenava grande parte dos recursos humanos e materiais dos povoados. Como indicado na Carta Anua de 1735, era, entretanto, difícil de negar ajuda militar ao Governador naquele momento da Revolta Comunera, pois os povoados jesuíticos estavam muito envolvidos na defesa da institucionalidade colonial:

La primera fuente de males fue la guerra del Paraguay, en la cual, despues de haber negado los rebeldes llamados *Comuneros* la debida sujecion a los ministros reais, querian ocupar siete de estas reducciones o mas bien a todas, si lo podian lograr, para sujetar a la esclavitud a los indios naturales de alli y atrincherarse de tal modo que dificilmente pudieran entrar con fuerza armada los que quedaron fieles al rey y sujetar a la debida obediencia a los renitentes. Pues, los povoados de indios, situados a ambos lados del rio Parana, hubieran formado una valla infranqueable que no hubieran podido romper sin increibles gastos las fuerzas reais, si querian sujetar por la fuerza esta provincia del Paraguay. Para prevenir estos perniciosos intentos, hubo, por mandado del gobernador de Buenos Aires, (al cual todos los treinta povoados de nuestras misiones estan sujetos) poner en pie un ejercito de indios, bastante numeroso para poder resistir a la gran fuerza armada de los rebeldes, asi que mas de treinta mil estaban bajo las armas por mas de tres anos.²⁰

Ainda sobre a Consulta acontecida no povoado de Apóstoles, nos dias 27 e 28 de julho de 1735, três assuntos se salientaram: o envio do Irmão Coadjutor Juan Primoli, exímio arquiteto, de São Miguel para contribuir nas obras da residência jesuítica de Buenos Aires, a volta dos jesuítas ao

19 LCP, p. 63-64.

20 Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay Año de 1735 enviadas a Roma. In.: SALINAS...2017. p. 534.

Colégio do Paraguai, com a definição do pessoal que nele trabalharia, além das condições exigidas pelos jesuítas para o seu retorno a Assunção:

En 27 del dicho mes hubo consulta con los mismos, en la cual propuso Su Reverencia si se podría enviar al Hermano Juan Primoli para que asistiera a la obra de la Iglesia de la residencia de Buenos Aires, por desearlos los fundadores y estar por ahora ocioso y sin poder trabajar en la Iglesia del Povoado de San Miguel; mas con condición de que volviese a proseguir dicha iglesia. Juzgó uno que no, porque no volvería, y porque se desanimarían y lo sentirían los Indios de San Miguel. Los demás juzgaron que sí, y así lo determinó Su Reverencia el Padre Provincial.

En 28 del dicho mes hubo consulta con los mismos sobre la vuelta al Colegio del Paraguay, con ocasión de haber venido los días antes súplica del Cabildo de la ciudad, y milicia, y del señor Don Bruno Zavala con despacho inserto del Señor Virrey. Con parecer de todos, señaló Su Reverencia por Procurador al Padre Francisco Callado; por estanciero, al Padre Juan de Molina; y al Padre Hilario por su compañero; y al Padre Roque de Rivas por maestro de gramática; y por operarios al Padre Piedrabuena y al Padre Francisco Bautista. Tratóse más de la respuesta que se había de dar, y todos juzgaron conveniente que se escribiese que iríamos; mas que (para en adelante no se suscitasen las calumnias pasadas) se pidiese que por Auto se declarase haber sido atentado y sacrílego todo lo que contra la Compañía y sus Individuos se ha obrado y actuado, y que como tal se queme y borre del todo, y se nos da de ello testimonio para que conste de nuestra inocencia. Uno juzgó que esto bastaría pedirlo en estando allá. Los demás, que era necesario pedirlo antes; y uno añadió que de no ejecutarse antes, no fuésemos, pues no se da de otra suerte la debida satisfacción, a que no podemos ceder en conciencia. Y así lo determinó Su Reverencia el Padre Provincial, quien dijo escribiría así, añadiendo que en las correderas del Tebicuari esperaría la respuesta. Vieron todos la carta y dijeron que estaba muy buena.²¹

E as *Juntas* tiveram prosseguimento no dia 7 de agosto, no povoado de Candelária, tratando-se dos pontos consultados nas *Juntas* anteriores, não havendo nada de novo a ser acrescentado neles, segundo registro do padre Secretário.²²

21 LCP, p. 63-64.

22 LCP, p. 65.

Candelária era onde vivia o Superior das Missões. E lá aconteceu, fora das *Juntas*, no dia 11 de agosto de 1735, uma Consulta da qual participaram os padres Pablo Restivo, Lorenzo Daffe, Manuel Quirini, o irmão Joseph Smiat, junto ao Padre Superior e ao Secretário Provincial, para tratar acerca da retirada de madeiras pelos povoados nas matas pertencentes a outros povoados:

¿que se podrían sacar palos de los montes, especialmente de los del Corpus, sin pagar más que el trabajo de los indios? El Padre Superior dijo que aquí siempre se había usado pagar los palos que se sacan de los montes de otros Poveados, y que lo que se podía hacer era avisar a los Indios y Cabildos del Povoado, pidiéndoles su consentimiento, y que si lo rehusasen conceder, se les pagasen los palos que se cortasen. Todos los demás alegaron muchas razones que persuadían que se podían cortar dichos palos sin pagar más que el trabajo de los Indios, y añadieron que había ley Real y costumbre en las ciudades de la Provincia que persuadía ser todos los montes comunes en orden a las maderas; mas añadieron que bien sería hablar a los Cabildos, solicitando su beneplácito y procurando agradecerlos con alguna cosilla, si repugnasen. Y así insinuó Su Reverencia el Padre Provincial se haría.²³

Nas *Juntas* acontecidas no dia 18 de agosto de 1735, em San Ignacio Miní, nada de novo foi acrescentado aos assuntos comuns tratados nas outras *Juntas*, destacando-se apenas o que registrou o padre Secretário sobre o problema dos prêmios distribuídos: “el Padre Provincial, al leer el orden del Padre Visitador acerca de los premios, dijo que no era contra el orden que los Padres presentes repartiesen de ellos, sino que el que se los llevasen y apropiasen para sí”.²⁴

Nas últimas *Juntas* realizadas no povoado de Santa Rosa a partir de 10 de setembro de 1735, após receber parecer positivo da maioria dos presentes, o Padre Provincial determinou que aos domingos não houvessem castigos físicos aos indígenas, a não ser que fosse por terem faltado naquele mesmo dia à missa, dando também a entender que seria bom que um Padre fosse ver os indígenas que estavam distantes, e até mesmo fundar uma missão no Tarumã com os *tobatines* que haviam fugido, além de capturar-se, com o uso de gente armada para defender-se, os fugitivos que estavam próximo do povoado causando danos.²⁵

23 LCP, p. 65.

24 LCP, p. 65.

25 LCP, p. 65-66.

Terminadas as *Juntas* e as visitas aos povoados missioneiros das frentes do Uruguai e do Paraná, o padre Provincial elaborou e enviou ao padre Superior das Missões, em 20 de setembro de 1735, um longo memorial com as ordens baixadas a todos os 30 povoados. Destacaremos nele, entretanto, somente aqueles pontos que dialogam diretamente com os assuntos tratados nas *Juntas*:

2. El P. Félix de Villagarcía irá a la ligera a ver los indios Tobatines cristianos huidos para confesarlos, exhortarlos y ayudarlos en cuanto se pudiera; y ver suavemente si es factible que vuelvan a alguno de estos povoados; y ver juntamente qué estado tiene, qué número es el de ellos y de los otros infieles, con quién comunican y de todo me hará V. R. caridad de darme cuenta.

3. Procurará V. R. velar en que la doctrina se haga sin falta a los niños todos los días señalados, en que se ha faltado mucho en algunos povoados, lo que se conoce por la ignorancia que tienen de ella aún los más criados. (...)

5. Dispondrá V. R. que de los povoados más cercanos entren a los montes del Aguapey y otros vecinos, a sacar y sujetar los cimarrones o fugitivos que allá hay. Lo mismo será menester hacia otras partes en el Uruguay, donde también se han rancheado viviendo como infieles y haciendo daños. (...)

8. Según lo que en *Juntas* se ha determinado, dispense en que para las estancias de los povoados se pueda buscar afuera algún español y otro inteligente y de cuidado; y en todo caso se procurará con eficacia que todos los povoados tengan su ganado en rodeos y manso. Y los povoados del Yapeyú y San Miguel, o por españoles o por sus indios, tendrán 3 ó 4 rodeos de vacas, cada uno de 12 o 15 mil cabezas para su mayor multiplico y socorro de otros povoados, según la necesidad que V. R. reconociere. (...)

12. Los domingos y días festivos para los indios no se castigarán ni prenderán por faltas que hubieran cometido en los días antecedentes; para que así el justo y prudente miedo no les haga faltar a misa. Días hay para castigarlos. Lo mismo se dice de las indias, muchachos y muchachas. Y se encarga que no se detenga la gente los domingos arriba de dos horas desde que comienzan a rezar hasta que se van a sus casas. (Memorial para el P. Superior de estas Misiones del Paraná y Uruguay y sus consultores en 20 de septiembre de 1735.²⁶

26 Piana & Cansanello, 2015, p. 287-289.

3 JUNTAS DE 1737

As *Juntas* de 1737 iniciaram no dia 4 de maio. Na primeira reunião, acontecida no povoado de São Borja, após as costumeiras leituras de documentos, o primeiro assunto tratado foi sobre a praticamente extinta *Vacaria del Mar*:

En la consulta de lo temporal, juzgaron los más conveniente que se fuese con escolta y un Padre a sacar las vacas en la rinconada del Mar, con que se han alzado los portugueses. Y el Procurador de Buenos Aires ha escrito que el gobernador ha dicho que vayan los indios a echar a los portugueses de la Laguna Grande, y a vaquería por allí. Se notó una u otra dificultad, y se creyó conveniente que se procurase por escrito el orden o beneplácito del gobernador; mas nada se determinó.²⁷

De fato, o provimento de gado bovino na medida necessitada para a alimentação dos povoados missioneiros era, naquele momento, um problema, já que tanto a *Vacaria del Mar* quanto a *Vacaria dos Pinhais* encontravam-se destruídas. A saída seria, então, comprar vacas, porém isso não era algo facilmente aplicável naquele contexto:

También juzgaron los más conveniente que se comprasen vacas, yendo un Padre a solicitarlas. También se encontraron dificultades, así por la paga, como porque se harían de pocas los vendedores. Parece que convino Su Reverencia el Padre Provincial en que fuese el Padre Francisco Magg.²⁸

Nas mesmas *Juntas* tratou-se também dos preços a serem praticados na condução de algumas mercadorias dos povoados missioneiros a Buenos Aires:

[S]olo se determinó de nuevo que los que llevasen o trajesen alguna carga a Buenos Aires por el Uruguay, percibiesen cuatro reais por arroba; y que el cebo se pagase a cuatro reais la arroba, sin entrar en ese precio la conducción. Y así esto se pagará, como se paga la conducción de cualquiera otra cosa.²⁹

27 LCP, p. 96.

28 LCP, p. 96.

29 LCP, p. 96.

Quanto à administração religiosa, dois assuntos foram tratados naquelas *Juntas*, sobre a inserção de uma novena em honra a São Francisco Xavier e sobre a oferta da primeira semana dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola aos indígenas. No primeiro assunto, “*determinó el Padre Provincial con parecer de casi todos, que se entablase la novena de San Francisco Xavier con algunas platicas breves; y con parecer de todos, que no fuese en Cuaresma por haber mucho que hacer, sino antes de la fiesta del Santo*”; quanto ao segundo, “*Todos juzgaron que se haría fruto, aunque en la ejecución se encontraban varias dificultades*”,³⁰ de modo que o assunto foi encerrado.

Ainda quanto à administração religiosa, os missionários retomaram um assunto já definido na visita de 1735 pelo padre Provincial, pois percebiam dificuldades e inconvenientes em que os padres não pudessem confessar-se com os padres de outros povoados que vinham visita-los, “a lo cual respondió Su Reverencia que se confesasen en hora buena con los que venían de otros Povoados”³¹ reafirmando a posição anterior.

As *Juntas* seguintes aconteceram no povoado de São Lourenço, em 11 de junho daquele ano, tendo-se repetido os assuntos consultados na primeira *Junta*. De diferente, houve apenas o fato de que, registrou o padre Secretário: “*en lo que toca a la novena de San Xavier, a algunos no les agrado*”.³²

Quanto à administração econômica, no tocante aos preços que se deviam praticar nas compra de animais, determinou-se, nas mesmas *Juntas* “con parecer de los más, que los novillos chúcaros se vendiesen a 4 reais; y las vacas de San Miguel a 3 reais en esta banda, y en San Carlos a 4, como las del Yapeyú”.³³

Outro assunto que vinha sendo debatido desde pelo menos 1731 na *Juntas* retornou mais uma vez em 1737, relacionado à necessidade de criação de estâncias comuns para socorrer os povoados com carne:

Tratóse mas de fundar una Estancia para socorrer a los Povoados, y los más juzgaron que era necesario; mas reprovaron que fuese en la Estancia de San Xavier, por ser abierta; algunos dijeron que fuese junto a la Estancia de Yapeyú en un Paraje llamado ... Otro juzgó que sería mejor en el Paraná, por necesitarlo mas aquellos Povoados, y por otras razones.³⁴

30 LCP, p. 96.

31 LCP, p. 96.

32 LCP, p. 97

33 LCP, p. 97.

34 LCP, p. 97.

Um tema pouco estudado que apareceu nas *Juntas* de São Lourenço foi a falência financeira do Ofício de Buenos Aires, o qual, ao lado do Ofício de Santa Fé, intermediava o comércio de artigos missioneiros com o mundo colonial, e vice-versa:

Tratóse mas sobre la prorrata que se ha de hacer de la quiebra del oficio de Buenos Aires, y los más fueron de parecer que no se hiciese como se hacen los demás gastos, igualando a todos los povoados, sino prorrateando por las cabezas de familias de todas las Misiones, y aplicando después lo que toca a cada Povoado, por parecer mas conforme a la justicia distributiva.³⁵

Já nas terceiras *Juntas*, acontecidas no dia 01 de Julho de 1737 no povoado de Concepción, não se tratou sobre o rateamento entre os povoados da dívida do Ofício. A pauta econômica se ateve ao debate sobre a busca de touros na estância de Yapeyú, quando *“todos juzgaron sería conveniente y necesario que fuesen a sacarlos los povoados”*.³⁶ Tratou-se também dos preços que se devia praticar no comércio interno de animais:

acerca del precio de las vacas de San Miguel, los mas juzgaron que se quedasen como estaban, atendiendo a la pobreza de los Povoados; por esta razón juzgó uno que las de Yapeyú se pusiesen como estaban antes, pues no está necesitado el Yapeyú. Otro dijo que todas se pusiesen a 3 reais y medio en San Carlos, porque de no, los Miguelistas no sacarían Vacas.³⁷

Nas mesmas *Juntas* disciplinou-se como se devia solenizar a Festa de Corpus: *“se determinó por parecer de todos que la fiesta de Corpus se celebrase mas, descubriendo al Señor el día sábado, el domingo, y en la octava; y procesión en este día; toda la octava a la Misa, y Rosario; y cantándole en ella cuatro Misas.”*³⁸

Nas *Juntas* acontecidas em 18 de Julho em San Ignacio Miní, o estabelecimento da Novena foi bem aceito por todos os presentes, assim como as festividades da Oitava de Corpus.³⁹

Quanto aos preços das vacas, os presentes nas *Juntas* de San Ignacio Miní opinaram que fosse de 3 *reais* e meio. O debates sobre a administração econômica prosseguiu:

35 LCP, p. 97.

36 LCP, p. 97.

37 LCP, p. 98.

38 LCP, p. 97-98.

39 LCP, p. 98.

Acerca de la nueva estancia, los mas juzgaron que no convenia por tener graves inconvenientes.

Determinóse con parecer de los mas que se pagase a 3 reais la vara de tabla de cedro de 4 dedos de grueso y media vara de ancho, y que a esa proporción se rebajase en otras tablas inferiores.

Determinóse así mismo que el que necesitase de palos, pudiese ir a cortarlos a los montes de otros povoados, que no le sirven ni hay esperanza de que los necesite su dueño; mas precediendo el pedir licencia al Cura de cuyo povoado son los montes, y avisando al Padre Superior.⁴⁰

Os registros dos assuntos tratados nas *Juntas* acontecidas no povoado de Candelária em 25 de julho indicam que havia contrariedade quanto a se criar uma nova estância, que cumprisse o papel de estância comum de todos os povoados: “Leyóse lo que se acostumbra; y se trató todo lo que en las otras, y comúnmente se aprobó lo mismo, aunque acerca de fundar Nueva Estancia varios fueran de contrario parecer.”⁴¹ Mas, o Padre Provincial não se deu por vencido no debate:

Preguntó Su Reverencia el Padre Provincial si sería conveniente poner un Padre en Yapeyú, y otro en San Miguel, para que cuidasen de las vacas y de hacer rodeos, y proveer a los povoados; pues con eso estaban luego fundadas dos buenas estancias comunes? Casi todos lo aprobaron; aunque uno dijo que si dicho sujeto no era Cura, nada se haría, porque los indios no hacen mas que lo que quieren los Curas.⁴²

Por fim, o assunto que dominou o encerramento das *Juntas* de Candelária, sem registro de data do acontecido, foi a administração econômica, com os padres dos povoados reclamando do preço praticado:

Acerca del precio de las Vacas, convinieron todos en que no se añadiese nada a las de San Miguel, sino que se bajasen a las de Yapeyú, como lo dejó el Padre Visitador; pues la pobreza de los Povoados que las necesitan es grande, y la hierba con que pagan se está como estaba, valiendo mucho mas. Y parece que así lo determinó Su Reverencia el Padre Provincial.

Ítem, se determinó que en los povoados se dé el tres por

40 LCP, p. 98.

41 LCP, p. 98.

42 LCP, p. 98-99.

ciento en el lienzo, como se hace en el Paraguay.⁴³

Encerrando a rodada de reuniões do ano de 1737, aconteceram as *Juntas* no povoado de Santa Rosa e arredores. As consultas realizadas foram assim sintetizadas pelo padre Secretário da Província Jesuítica do Paraguai:

[L]eído lo que se acostumbra, se trataron los puntos arriba expresados, y casi todos fueron de parecer que se entablase la Novena de San Xavier, y la Mayor solemnidad de la fiesta del Corpus. Y así mismo que se entablasen rodeos en la estancia de Yapeyú, y en la de San Miguel, y que fuesen a sacar toros varios Povoados. Y que todas las vacas y novillas tuviesen el precio que les puso el Padre Visitador; y el sebo, carneros, becerros, burros y tablas que tengan el precio arriba expresado.

Ítem, se trató sobre el precio de los fondos, campanas, etcétera, y todos juzgaron que era demasiado 14 reais a libra, y dijeron que bastaba 12 reais; y uno añadió que los 7 reais fuesen por la hechura, y los cinco por la materia; y así parece que lo determinó Su Reverencia el Padre Provincial.

Así mismo determinó que el precio de las obras de plata de relieve, etcétera, no pasase de 10 pesos por marco; mas en esto no entran las obras de filigrana; estas se quedan como antes al juicio de los jueces que las tasaron.⁴⁴

Acabadas as *Juntas*, o padre Provincial Jaime de Aguilar elaborou, em 13 de setembro de 1737, um conjunto de Ordens, as quais foram enviadas para o padre Superior das Missões do Paraná e Uruguai. Note-se nelas a tentativa de contemplar ao máximo as opiniões coletadas por ele nas *Juntas*:

2. La octava del Corpus y novena de San Francisco Javier se celebrarán en todos los povoados, como se ha tratado en las Juntas y en la forma que V. R. dará. (...)

4. Procurará V. R. que con efecto baje cuanto antes hacienda para pagar las deudas del Oficio de Buenos Aires. (...)

6. Aunque se ha tratado en las Juntas sobre los precios de varias cosas, solo ha parecido determinar lo siguiente: 1º que los novillos no domados tengan el mismo precio que los toros y las vacas; y éstas tengan el precio en que las puso el P. Visitador Antonio Garriga, en que revoco mi disposición en la visita antecedente a favor del Yapeyú y La Cruz; 2º la arroba de sebo en pan tendrá el precio de 4 reais en sí mismo; 3º la

43 LCP, p. 99.

44 LCP, p. 100.

vara de tabla de cedro de media vara de ancho y cuatro dedos de grueso tendrá el precio de tres reais y a esta proporción las demás; 4° el metal fundido en campanas y otras cosas no pasará de 12 reais libra, los 5 por la materia y los 7 por la forma; 5° la obra de plata que no fuere de filigrana, nunca pasará su hechura de 10 pesos por cada marco; 6° la hacienda que fuere o viniere en balsa ajena por el Uruguay, se pagará como la que va y viene de Santa Fe por el Paraná.

7. Dará V. R. según se ha tratado, providencia conveniente y eficaz para que de la Estancia de Yapeyú se saquen cuantos toros se pudiere para los povoados necesitados que V. R. juzgare. Los toros que cogieren los otros povoados en tierras de Yapeyú o San Miguel, la mitad precisamente será para los povoados que los cogen y la otra mitad dará V. R. a otros povoados necesitados por su justo precio para Yapeyú o San Miguel.

8. En las Juntas se ha conferido y discurrido largamente sobre una o dos estancias comunes de ganado vacuno de rodeo, de cuyo multiplico anualmente a disposición del P. Superior se socorriese en algún modo a los povoados más necesitados. Y después de todo, lo que ha parecido útil y de menos dificultades e inconvenientes es lo siguiente: 1° en las estancias de Yapeyú y San Miguel se buscarán dos porciones de tierra capaces de 40 mil o más cabezas de ganado en cada una, buenos pastos, aguadas, tierra cerrada o que con facilidad se pueda cerrar; 2° supuesto que ni de las vaquerías, ni de seglares se pueden haber al presente estas vacas, se cogerán de las estancias de los mismos dos povoados; 3° estas vacas todas se reducirán a rodeos competentes; 4° los mismos dos povoados no han de tocar estas vacas para su gasto ordinario sino de lo restante de sus estancias; 5° en los dos años primeros, después de entrado dicho ganado en los parajes destinados, no se sacará para nadie ni para nada vaca hembra alguna; 6° después de estos dos años, quedando siempre el principal y si se pudiere mejorado, de lo restante dispondrá el P. Superior conforme a la necesidad de los povoados que las pagarán a los dos povoados que las dan y el precio será el de arriba; 7° y para que los dos Padres curas de los dos dichos povoados (a quienes con todo mi afecto encargo este cuidado importantísimo, no solo para el común de todos los povoados sino también para el particular de los suyos), puedan aplicarse incesantemente a la perfecta conclusión y estabilidad fructuosa de estas estancias, a más del compañero se les pondrá otro sujeto para que les ayude y en sus necesarias ausencias no padezcan los povoados. Por último encargo a V. R. tome esto con todo empeño; y en lo

que para esto juzgare V. R. ser necessária mi autoridad por alguna urgente ocurrencia yo le doy a V. R. mis veces. (Memorial del P. Provincial Jaime Aguilar para el P. Superior de estas Misiones del Paraná y Uruguay en la visita de 13 de septiembre de 1737.⁴⁵

4 JUNTAS DE 1740

Após passarem-se mais de dois anos foram realizadas novas *Juntas* nos povoados missioneiros. As primeiras delas começaram no dia 23 de abril e aconteceram no povoado de San Lorenzo. Nelas, gastou-se o primeiro dia com a leitura de correspondências e de orientações anteriores. No segundo dia, o primeiro assunto tratado foi sobre o pagamento que se devia fazer para cruzar animais de um povoado utilizando-se os ‘passos’ pertencentes a outros povoados:

[E]l día 24 se ventiló la orden puesta por el Padre Jaime de Aguilar Provincial a favor del povoado de la Concepción, sobre que todos los povoados del Paraná, y otros, que quisieren pasar vacas de esta banda del Uruguay a otra, las hagan pasar con los Indios y canoas del dicho Povoado, por vacas, y precio que se puso en el dicho orden, si este orden se ha de conservar, o por lo menos no se ha de obligar a los dueños de las vacas, que paguen con vacas, sino con otros efectos, seis de los Padres juzgaron que se mantenga el orden, dos juzgaron lo contrario.⁴⁶

Outro assunto tratado no mesmo dia foi sobre o disciplinamento do transporte de mercadorias pelo rio e o valor que se devia pagar por esse transporte:

Se propuso también, que los povoados de abajo tomen un real por conducir los géneros hasta Aguapey, y de allí pretendía el Padre Cura de Itapúa también un real por conducir dichos géneros hasta la Candelaria, pero juzgaron todos que se esté a lo acostumbrado, que era medio Real de Aguapey hasta la Candelaria. Con esta ocasión se propuso otra controversia, si estos efectos o géneros, que se llevan a la Candelaria y otros povoados inmediatos a ella, por sus vendedores se han de conducir hasta la Candelaria, como pretendía este Povoado, o solamente hasta Aguapey, como en proporción se practica en el Uruguay, y dijeron todos excepto uno,

45 Piana & Cansanello, 2015, p. 301-303.

46 LCP, p. 160-161.

que solamente se han de poner en Aguapey. Propusieron también algunos Padres que en el Paraná no había quien quisiese llevar sus géneros para los oficios, y por eso que se les mandase que tengan barcos o botes, como también en el Uruguay canoas para que haya en que llevar los efectos al oficio; y también que estos seis povoados tengan sus Indios quienes guarden sus canoas en los pasos del Uruguay.⁴⁷

Ainda relacionada à administração econômica dos povoados missioneiros, o padre Provincial colocou em debate um pedido feito pelo Procurador das Missões de Buenos Aires para que pudesse, em nome de todos os povoados, comprar-lhes as mercadorias, pagando-lhes um preço justo e corrente, e enviasse, a cargo do ofício, ao Chile ou a Potosí para serem vendidas. E depois o produto alcançado, deduzidas as despesas, fosse repartido entre os povoados. E *“todos dijeron que era lícito lo que se pedía, pero 4 juzgaron que no se les permita la práctica; otros 4 que se les permita. De los 4 primeros añadió uno, que si es que se le permite, sea con mucha moderación para no dar ocasión de quejas a los seculares contra la Compañía.”*⁴⁸

No dia 24 de abril veio a público um pedido de um padre presente nas Juntas para que o Padre Provincial se “dignasse” a escrever ao Padre Geral da Companhia para que ele revogasse a ordem de retirar das casas dos missionários os meninos indígenas que lhes serviam, voltando-se ao costume anterior: *“y pareció esta petición a todos justísima; y por tanto mandó su Reverencia que todos escribiesen con su firma las razones que se les ofrecen a favor de esta petición.”*⁴⁹

Na sequência uma série de outros assuntos foram debatidos:

Propuso otro que volviesen enviar los Padres a los Indios a vaquear a las vaquerías de la mar; y excepto uno todos los otros juzgaron que no convenía. Otro significó que juzgaría conveniente que a los moribundos se asista con alguna mayor frecuencia y más demora a sus cabeceras: y se le respondió que se guardase lo que está en estilo. Sobre los fugitivos propuso su Reverencia que si juzgaban los Padres y que a los Indios que están entre los españoles se les envíen sus mujeres, o qué se empeñe la Compañía con las justicias para que a todos estos se traiga a los povoados, para que vivan con sus mujeres, y excepto uno todos juzgaron estos segundos ser más conveniente.⁵⁰

47 LCP, p. 161.

48 LCP, p. 161.

49 LCP, p. 162.

50 LCP, p. 162.

No dia 10 de maio começaram as segundas *Juntas* no povoado de Apóstoles. Após as leituras iniciais, um padre missioneiro levantou um assunto que lhe causava incômodo:

[Q]ue fuera necesario que quando alguno de los Consejeros o admonitores en estas Misiones mueren o salen, en ínterin nombrase otro en su lugar el Padre Superior, y que las cartas de los compañeros para su Reverencia el Padre Provincial fuesen por manos de los admonitores, y las de su Reverencia para ellos fuesen debajo de la cubierta directamente enviadas a quien vienen. Todo lo aprobó su Reverencia el Padre Provincial.⁵¹

Aquele dia acabou com uma declaração do Padre Provincial, autorizando os Padres Curas dos povoados a “dar alguna limosna moderada socorriendo primero a los povoados muy necesitados, y si quisiesen después también a algún pobre colegio, teniendo los povoados de sobra.”⁵²

As *Juntas* de Apóstoles continuaram no dia 11 de maio, quando foram lidas as Ordens dadas pelo Padre Geral aos povoados e, na sequência, retomaram-se os pontos da *Junta* anterior: “y se determinó con pluralidad de votos el primer punto a favor del povoado de la Concepción, y con todo eso se negó esto mismo a favor del povoado de la Candelaria.”⁵³

Outro ponto tratado foi sobre a obrigatoriedade de que os povoados do Paraná tivessem barcos e os do Uruguai canoas para realizar o transporte aos Ofícios: “y con esta ocasión mandó su Reverencia que en el paso de San Nicolás tengan sus canoas y canoeros los povoados que antiguamente tenían.”⁵⁴

No mesmo dia foi ainda aprovado que o padre Provincial escrevesse ao padre Geral para que se restituíssem o meninos às casas dos padres, para se recolhessem os fugitivos e que, para isso, fossem enviados a eles dois missionários, além de que outros dois andassem todo o ano pelos povoados. O padre Cura de Apóstoles propôs, na sequência, que o padre cura de Yapeyu havia retido o gado comprado de um tal Valdez, e lhe dado gado magro e que, para remediar, não quisera cobrar o transporte dos animais, mas os demais padres julgaram que essa versão não condizia com a realidade dos fatos.⁵⁵

No terceiro dia das *Juntas*, o padre Provincial levou ao debate as no-

51 LCP, p. 162.

52 LCP, p. 162.

53 LCP, p. 162.

54 LCP, p. 163.

55 LCP, p. 163.

tícias que tinha do roubo de gado realizado pelos portugueses no posto de Santo Antonio, pertencente à estância de San Miguel, dizendo que pretendia protestar por carta perante o Governador de Buenos Aires contra o que considerava uma violência.⁵⁶

Na sequência, o padre Cura de Apóstoles, não satisfeito com a resposta do dia anterior, disse que não se contentava em ser pago com gêneros da terra, conforme o ajuste, pelo transporte das referidas vacas. Mais uma vez a assembleia impôs-lhe, com votos, o silêncio, determinando que se contentasse com a decisão tomada. O debae segue e outro padre Cura fez nova acusação ao Padre Cura de Yapeyu, o qual devia ter dado ao povoado de San Cosme sete mil vacas, postas em São Carlos, mas que não o fizera, tendo o Colégio de Santa Fe abonado as vacas a três reais. Por conta do problema, o povoado de San Cosme havia perdido o aumento do gado pela falta de duas parições, e por isso pedia satisfação. A solução dada foi que o Cura de Yapeyu lhe abonasse 300 pesos, pois isso bastava para compensar 7000 vacas.⁵⁷

De todas as *Juntas* analisadas, a que mais elementos de insatisfação dos participantes trouxe, foi essa. No mesmo dia, outro padre propôs que os povoados de baixo ganhavam muito nos gêneros comprados no Paraguai, e por isso, exceto dois dos presentes, todos julgaram que o preço da arroba de sal fosse rebaixado a 12 reais, o tabaco a 3 pesos e o açúcar a 4, se fosse branco, e se fosse escuro a dois pesos.

Possivelmente motivado por algum caso específico, o padre Provincial, nas mesmas *Juntas*, utilizou da faculdade canônica que possuía para autorizar, como superior que era, os padres Curas a realizar casamentos de pessoas que, segundo as regras da Igreja, haviam cometido adultério. Dessa forma, ele declarou que dava a todos os Curas licença para dispensarem pessoalmente *etiam in impedimento in primo gradu ex delicto contracto affinitatis pro Indio* (**mesmo em caso de impedimento de afinidade no primeiro grau – adultério –, contraída por delito, para um Indígena**), mas não aos padres auxiliares *non grado affinitatis* (no mesmo grau de afinidade).⁵⁸

As terceiras *Juntas* aconteceram no povoado de Candelária, tendo iniciado no dia 2 de junho de 1741. Nelas, o primeiro pedido dos padres presentes ao padre Provincial foi que ele explicasse que poder tinha o Vice-Superior enquanto o Superior estava distante, sinal que poderiam estar experimentando algum ruído no exercício da autoridade local. A resposta do Provincial foi que se lhe dessem as vezes do Superior nas coisas ordi-

56 LCP, p. 163.

57 LCP, p. 163.

58 LCP, p. 163.

nárias ao que dizia respeito aos Padres Missionários, e que eles pudessem remeter as cartas dos particulares para celá-las quando estas iam para fora das Missões.⁵⁹

Quanto ao pagamento para o uso do ‘passo’ pertencente ao povoado de Concepción, a maioria dos presentes nas *Juntas* de Candelária julgaram que deveria ser livre para todos, e que os demais povoados não estivessem obrigados a que o gado fosse passado pelos moradores daquele povoado com o pagamento em vacas.⁶⁰

Nos preços do sal, tabaco e açúcar, a maioria julgou que se mantivesse o estabelecido, outros que, no açúcar escuro, se baixasse o preço; alguns que isso também acontecesse no tabaco. A maioria também julgou que, desde Aguapey até Candelária, o preço do transporte fosse um real, e não meio.⁶¹

Referente à restituição dos meninos às casas dos padres, todos julgaram que se devia pedi-la ao padre Geral.

Outro assunto debatido foi sobre os cuidados das estâncias de cada povoado, de modo que um padre propôs que era necessário dar alguma providência para a conservação do gado vacuum, e quase todos julgaram que as estâncias de cada povoado não davam conta de multiplica-lo na medida do necessário, devido a que isso exigia muito cuidado da parte dos indígenas, algo nem sempre alcançado pelos religiosos. A maioria inclinou-se, assim, a que se colocasse, ou na estância, ou no povoado, um Padre que cuidasse de que na estância de Yapeyu se pusesse em execução a ordem do Padre Provincial anterior de colocar 40 mil vacas de rodeio à parte, ou que se colocasse em Yapeyu um Cura que tivesse um companheiro bom, de tal maneira que um deles sempre tivesse “o olho sobre aquela estância”, a qual deveria ter um espanhol em cada rodeio. Outro disse que se retirassem as vacas da estância de Yapeyu, e se colocassem noutra; e julgava ele que a estância de San Xavier era própria para isso, com seus próprios guardas, e um Padre que ali residisse fosse o estancieiro.⁶²

No dia 21 de junho começaram as últimas *Juntas* em Santa Rosa. E nelas, após as leituras iniciais, o Padre Provincial falou sobre os preços de produtos que daqueles povoados iam para outros povoados, os quais foram sugeridos nas outras duas *Juntas*: do tabaco, sal e açúcar. Após intenso debate, nos qual os presentes puderam sugerir valores, o padre Superior definiu que o tabaco fosse entregue a 4 pesos, o sal a 2 pesos como antes,

59 LCP, p. 164.

60 LCP, p. 164.

61 LCP, p. 164.

62 LCP, p. 164.

e o açúcar branco a quatro, o pardo ou ainda algo mais escuro a 3 pesos. Da mesma maneira, com pluralidade de votos, ordenou que daquele momento em diante, no transporte das mercadorias e objetos dos povoados até Aguapey, fosse cobrado um real por arroba ou, por uma carreta, 10 pesos, e de Aguapey até Itapúa ou Candelária, fosse por água ou por terra, um real por arroba ou 10 pesos por uma carreta.⁶³

No mesmo dia, o Padre Provincial perguntou se os presentes queriam que ele escrevesse ao Superior Geral pedindo a restituição dos meninos às casas jesuíticas, e todos, exceto um, o pediram. E finalmente perguntou aos Padres Curas se queriam que se lhes colocasse um Procurador no colégio do Paraguai, mas apenas o de Santiago o pediu.⁶⁴

A criação das estâncias comuns aos diversos povoados era um assunto no qual o padre Provincial retornava reiteradas vezes. Também naquele dia ele propôs que se discutisse “se” e “como” se haveria de executar a ordem de colocar 40 mil vacas nos rodeios das estâncias de Yapeyu e San Miguel. Todos concordaram que isso se executasse, exceto um, que disse que, enquanto não se estabelecessem os rodeios em Yapeyu não se tirassem vacas daquela estância, mas da estância de San Miguel, visando suprir as necessidades dos povoados, e que, por isso, o estabelecimento dos rodeios em São Miguel deveria ser deferido.⁶⁵

Convencidos da importância da criação dos “rodeios de vacas”, era necessário que fosse pensado o modo como eles seriam estabelecidos na estância de Yapeyu. Nisso, os presentes nas *Juntas* concordaram que as 40.000 vacas deveriam ficar separadas do gado da estância, para que não se misturassem a ele, e mais facilmente pudessem ser mantidas no rodeio, e que seria melhor que cuidasse delas um padre ou um irmão como estancieiros, assistindo ali com alguma dependência do padre Cura de Yapeyu, mas sendo independente dele no manejo dos trabalhadores. Perguntados a quem julgavam mais adequado para a função, um dos presentes disse que deveria ser o Padre Arias, outro o Padre Genestar, mas a maioria indicou o Padre Charlet para a função. Outros julgaram que fosse um irmão, tendo um padre consigo, como costumava acontecer nos Colégios. Sobre se deveria haver algum capataz espanhol ou apenas indígenas, vários julgaram que se tivesse um espanhol, outros que não; disseram outros que se experimentasse a administração das estâncias primeiramente apenas com os indígenas, e conforme o que a experiência ensinasse, fossem agregados ou não outros trabalhadores; a maioria concordou também que os indígenas fossem do

63 LCP, p. 164-165.

64 LCP, p. 165.

65 LCP, p. 165.

próprio povoado de Yapeyu. Sobre a estância comum de San Miguel, disse um conselheiro que para o estabelecimento daquela estância poderia ser cedida alguma boa e grande rinconada, como a de San Xavier, ou algumas das estâncias vizinhas.⁶⁶

Uma vez que não foi localizado nenhum memorial com ordens referente às *Juntas* de 1740, não é possível de se saber acerca da implementação das decisões nelas tomadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise detalhada das fontes jesuíticas permite que afirmemos que as *Juntas* configuraram-se como espaços efetivos de decisão compartilhada entre o padre Provincial e os missionários dos povoados missioneiros, desafiando a visão tradicional de uma governança estritamente vertical e hierárquica na Companhia de Jesus. O registro sistemático de opiniões, dos votos e dos debates evidencia que o padre Provincial, embora detivesse a autoridade final para emitir ordens através dos *Memoriales*, frequentemente conformava suas decisões ao parecer da maioria.

Apesar da importância atribuída pela historiografia aos cabildos indígenas na administração reducional, as *Juntas* analisadas não registraram participação de caciques ou cabildantes. As reuniões restringiam-se aos padres curas e seus companheiros, ao Provincial e ao Secretário. Isso não exclui, contudo, consultas informais aos nativos.

Os debates nas *Juntas* giraram em torno de eixos persistentes: a gestão do gado vacum (criação de estâncias comuns, preços, abastecimento), o controle de fugitivos e xamãs (*hechiceros*), a disciplina do trabalho indígena, a administração dos sacramentos, os preços de produtos e transportes e as relações com o entorno colonial, especialmente a tensão com os portugueses e a participação das milícias missioneiras em conflitos.

As *Juntas* revelaram-se também como espaços de negociação e, por vezes, de resistência às determinações vindas de instâncias superiores (Padre Geral, Visitadores). Nelas os missionários expuseram dificuldades, solicitaram revogações e propuseram adaptações, demonstrando que a governança missioneira era permeada por acomodações e reinterpretações das normas.

Ao longo do período analisado (1731-1740), percebe-se um amadurecimento das práticas administrativas, com o retorno sistemático a temas não resolvidos (como as estâncias comuns, os preços das vacas, a novena

66 LCP, p. 165-166.

de São Francisco Xavier), indicando que as decisões eram constantemente revisitadas e ajustadas à luz da experiência e das contingências.

O cruzamento do *Libro de Consultas* com os *Memoriales* e as *Cartas Anuas* mostrou-se metodologicamente fecundo para reconstituir não apenas o itinerário das visitas e o conteúdo das decisões, mas também as dinâmicas de deliberação, os conflitos internos e as estratégias de consenso – revelando um cotidiano administrativo muito mais complexo e negociado do que os modelos normativos e a historiografia tradicional costumam sugerir.

REFERÊNCIAS

- CARDIEL, Jose. *Breve Relacion de las Misiones del Paraguay*. Estudio preliminar de Ernesto J. A. Maeder. Buenos Ayres: Ediciones Theoria, 1994.
- Libro de Consultas* [do Provincial da Província Jesuítica do Paraguay] desde 1731 hasta 1747 (LCP).
- PIANA, Josefina e CANSANELLO, Pablo (Comps.). *Memoriales de la Provincia Jesuítica del Paraguay (siglos XVII – XVIII)*. Córdoba: EDUCC – Editorial de la Universidad Católica de Córdoba, 2015.
- SALINAS, Maria Laura e FOLKENAND, Julio. *Cartas Anuas de la Provincia Jesuítica del Paraguay (1714-1720; 1720-1730; 1730-1735; 1735-1743. 1750-1756. 1756-1762)*. Asunción, 2017: CEADUC.

Recebido em: 23/05/2026

Aceito em: 03/06/2026